

Os Princípios ou Bases Materiais na Primeira Hermética em Língua Árabe: Um Estudo de Caso Utilizando o *Livro do Tesouro de Alexandre*

Ana M. Alfonso-Goldfarb & Safa A.A.C. Jubran

RESUMO

Há cerca de duas décadas, autores como D. Pingree e F. Zimmermann localizaram em obras de hermetica árabe, a existência de uma concepção alternativa à dos quatro elementos aristotélicos. Em lugar de elementos, essas obras passariam a falar de princípios que, na verdade, equivaleriam aos processos de transformação da matéria. As fontes prováveis seriam as obras da primeira hermetica em língua árabe, produzidas a partir do século IX, embora outros estudiosos do mesmo período, como os mutazilitas, tenham também se valido dessas singulares concepções. Nosso trabalho deverá apresentar como estudo de caso o *Livro do Tesouro de Alexandre*, obra que provavelmente pertenceu à primeira hermetica árabe e onde existem indicações desses princípios materiais.

Palavras chave:

Hermética; Árabe; Princípios materiais; Livro do Tesouro de Alexandre

ABSTRACT

Almost two decades ago, authors such as D. Pingree and F. Zimmermann located in works of Arabic Hermetism the existence of a conception alternative to that of the four Aristotelian elements. Instead of elements, these works would begin to speak on principles that indeed, would be equivalent to the processes of transformation of matter. The probable sources would be works of the early Arabic Hermetism composed from the beginning of the 9th century on, although contemporaries such as the Mutazilites also had resource to these singular conceptions. Our paper presents as case-study the *Book of the Treasure of Alexander*, which probably belonged with the early Arabic Hermetism and which contains indications of these material principles.

Keywords:

Hermetism; Arabic; Material principles; Book of the Treasure of Alexander

Os princípios ou bases materiais na primeira hermética em língua árabe: um estudo de caso utilizando o *Livro do Tesouro de Alexandre*

Apesar de sua vigorosa catalogação moderna, os textos medievais considerados (pseudo)aristotélicos parecem ter sido alvo de estudos pouco freqüentes e nem sempre adequados. Numa das raras coletâneas sobre o tema, C. Schmitt lembra que a seleção e catalogação mais precisa desses textos – embora desenvolvida, pelo menos, desde o século XV – alcança um patamar expressivo a partir de novas formulações filológicas estabelecidas no século XI.¹ Mais adiante, porém, Schmitt adverte que essas mesmas formulações foram também a causa de uma série de problemas que inibiram ou dificultaram as análises dos (pseudo)aristotélicos, assim como de outras linhagens de (pseudo)epigráfica medieval.

Sobretudo, porque se tratava do estabelecimento de conjuntos canônicos, a separação entre obras “legítimas” ou “espúrias” baseou-se em critérios mais que rígidos. Apenas árvores documentais, derivadas de alguma fonte grega conhecida, foram levadas a sério. E apenas documentos dessas árvores, considerados, portanto legítimos, passaram a ser estudados a sério. Retalhados, distorcidos ou simplesmente eliminados por essa dinâmica, os (pseudo)epigráficos medievais foram, como diz Schmitt, “a criança jogada fora com a água do banho”.²

Vários estudos dessa preciosa coletânea desenvolvem tal argumento, de forma específica, no que se refere à documentação em árabe; um nicho dos mais importantes, senão o principal, dos (pseudo)aristotélicos medievais. D. Gutas, por exemplo, revisa os problemas que acabaram por se incrustar nessa documentação devido, sobretudo, a análises equivocadas e/ou anacrônicas produzidas desde o século XIX.³

Gutas refere-se, de forma especial, à famosa escola de arabistas germânicos que, como outros estudiosos do medievo da época, irá se lançar a uma busca frenética por fontes gregas que “autenticassem” os documentos produzidos em árabe. De tal sorte que, por sobre essa documentação bastante complexa (em especial, no caso dos (pseudo)aristotélicos) e cujas variáveis contextuais não eram ainda bem conhecidas; aplicou-se de maneira anacrônica e quase reducionista as supostas fontes gregas. A situação era ainda pior quando não se chegava a uma possível fonte de origem. Pois, quando isto acontecia, as estritas e sérias análises filológicas davam lugar a puros exercícios de “doxa” e todo tipo de fantasias!⁴

Gutas nos diz que a inflexibilidade dos critérios filológicos, por um lado, e as fantasias, por outro, acabaram gerando esquemas de transmissão das fontes, estes sim “espúrios” e acrescidos de uma dificuldade desnecessária. Com isso, as análises foram tornando-se complicadíssimas ou quase impossíveis, abrindo flanco para a interferência de helenistas exímios, mas sem nenhum treino em línguas ou culturas mezzo-orientais. O resultado, segundo Gutas, foi mais que um desastre. Sem entender o contexto em que foram produzidas as obras em árabe, esses estudiosos cometeram equívocos ainda maiores do que os arabistas do século XIX.⁵

¹ Charles Schmitt, “Introduction” in *Pseudo-Aristotle in the Middle Ages*, ed. J. Kraye, W. Ryan & C. Schmitt (London: Warburg Institute, 1986).

² Charles Schmitt, “Pseudo-Aristotle in the Latin Middle Ages”, in *Pseudo-Aristotle*, 1-10, em 10. Esse argumento é desenvolvido, através de exemplos, ao longo de todo o artigo.

³ Dimitri Gutas, “The Spurious and the Authentic in the Arabic Lives of Aristotle”, in *Pseudo-Aristotle*, 15-36, em 15.

⁴ Ibid., 16-17.

⁵ Ibid., 17 et seq. Efetuados por helenistas do calibre de I. Düring, esses equívocos, segundo Gutas, foram aceitos sem questionamento, até mesmo por arabistas respeitáveis. Düring, por exemplo, teria feito *tabula rasa*

A fim de evitar novos acréscimos a esse embaralhado novelo de interpretações modernas, Gutas sugere alguns cuidados necessários. Entre eles, o mais importante seria verificar o contexto do medievo árabe que, desde pelo menos o século IX, colaborou para a existência de tantas e tão variadas obras (pseudo)aristotélicas. Conhecido hoje infinitamente melhor do que no século XIX, esse contexto responderia aos “porquês” e aos “por quês” essas obras foram feitas. Única voz audível, segundo Gutas, em caso de fontes remotas, simuladas ou improcuráveis; algo, aliás, bastante comum nesse tipo de texto.⁶

Apesar de tudo, continua sendo uma dor de cabeça para os especialistas encontrar num ambiente intelectual complexo, como o do século IX, os fatores que diretamente incidiram, não só nessa difícil literatura, mas em seus desdobramentos. Um autor erudito, como Syed Haq, vê-se em palpos de aranha para justificar, por exemplo, a proliferação de termos que designariam conceitos muito próximos no corpus jabiriano. Assim, após um duro trabalho de análise textual e contextual, Haq se vê obrigado a atribuir um genérico ecletismo ao(s) autor(es) dessa obra.⁷

Novamente, neste caso, será a preciosa coletânea organizada por Schmitt que traz algumas reflexões de grande interesse. Um refinamento do contexto do século IX, elaborado por F. Zimmermann, nos oferece os possíveis contornos específicos que teriam dado forma à extensa literatura (pseudo)aristotélica em língua árabe.⁸

Zimmermann abre seu trabalho recordando que, no mundo árabe, o início dos estudos sobre o pensamento grego deu-se quando estes enfrentavam uma maré vazante, durante o século VIII. Tratava-se de um corpus quase famélico, formado por uns poucos fragmentos de originais, assim como por alguns tratados repletos de incoerências, irrelevâncias e fantasias que, segundo Zimmermann, prestavam-se mais a intrigar do que a instruir. Deste pobre material teriam feito o melhor uso possível os chamados *mutakalimun*, seguidores da doutrina do *Kalam*. Religiosos instruíssimos na exegese corânica, mas também donos de uma ampla visão cosmopolita e intelectual, os *mutakalimun* examinaram, debateram e assimilaram essas poucas obras, oferecendo delas uma versão própria e singular, embora bastante séria pois bem articulada. Fundamentada numa firme base canônica, sua interpretação do que fosse, por exemplo, o pensamento aristotélico aceitou como também rejeitou com veemência algumas máximas do estagirita, mas sempre de forma coerente.⁹

De acordo com Zimmermann, há evidências de que essa versão dói um dos pontos de partida para a elaboração da literatura (pseudo)aristotélica, entre finais do século VIII e início do IX. Nessa época, os *mutakalimun* teriam se auto-excluído do debate sobre o pensamento grego, movidos por uma crescente onda de ortodoxia xenófoba no mundo árabe. Suas interpretações, além do esqualido punhado de documentos acima, foi tudo que restou aos pensadores cosmopolitas, ainda dispostos a enfrentar a dita onda. Enfrentá-la, com esses poucos elementos, significou fazê-los germinar uma imensa obra (pseudo)epigráfica. Uma vez que esta poderia não só demonstrar o papel sublime do pensamento antigo ou clássico, mas sua concordância com as bases do Islamismo.¹⁰

dos estudos anteriores e, sem base alguma de apoio, produziria análises ainda mais fantasiosas e menos responsáveis que as do século XIX.

⁶ Ibid., 20 et seq.

⁷ Syed N. Haq, *Names, Natures and Things* (Dordrecht/London: Kluwer, 1994), 62.

⁸ F.W. Zimmermann, “The Origins of the *Theology* of Aristotle”, in *Pseudo-Aristotle*, 110-240.

⁹ Ibid., 111 et seq.

¹⁰ Ibid., seq. supra e Apêndices I e XIX.

Elaborada para simular traduções de textos antigos, mas também para despertar a curiosidade, essa coleção de tratados referiu-se com frequência a segredos e revelações de sábios lendários, narrados por algum pensador clássico (preferencialmente, Aristóteles). Ainda distantes das traduções efetivas, que seriam realizadas mais adiante no século, esses tratados eram sumários, adaptações ou pequenas enciclopédias de conhecimentos talvez antigos, mas escassamente derivados do pensamento clássico.¹¹ Conhecimentos esses que, além de tudo e conforme insistentemente lembra Zimmermann, teriam sido adaptados às concepções dos *mutakalimun*, mesmo com eles fora de cena. Uma delas, que particularmente nos interessa aqui, refere-se à total rejeição dos quatro elementos aristotélicos. Tudo indica que isso se tenha devido à leitura corânica feita pelos *mutakalimun*, segundo a qual não seria pertinente atribuir ao mundo sub lunar a existência de espécies fixas, como eram considerados os quatro elementos. Por decorrência, o mundo da natureza foi considerado por eles como um fluxo de processos constantes, mas não eternos, iniciados pela Divindade a cada nova Era e transmitidos pelas esferas superiores. Zimmermann não consegue dizer se essa interpretação, nada incomum na exegese islâmica, teria se iniciado ou não com os seguidores do *Kalam*. Todavia, como seu estudo gira em torno à Teologia de (pseudo)Aristóteles, verifica que essa obra, justamente por ter sido uma das primeiras derivações efetivas no século XI de fontes em grego, reteve a concepção dos quatro elementos. Teria se devido a isso que, desde sua origem e até se desenvolver uma crítica textual adequada no medievo árabe, fosse vista por muitos como ultrapassada ou, no mínimo, equivocada.¹²

Curiosamente ou não, as singulares condições produzidas no século IX, indicadas por Zimmermann – e que pouco se encaixam em seu estudo de caso – parecem servir a mão para a luva para o nosso. Resistente a qualquer análise tradicional, a obra em questão tem como limite inferior o século IX e como limite superior o século X. pertenceria, portanto, ao contexto dos (pseudo)aristotélicos e segundo J. Ruska, um dos poucos arabistas a tentar analisá-la, formava parte da primeira hermética em árabe.

Trata-se do *Livro do Tesouro de Alexandre* (Kitab Dajirat al-Iskandar)¹³, as qual fizemos a primeira tradução completa em língua ocidental e estudamos em seus aspectos gerais. Para tal, foi utilizada a cópia do manuscrito depositada na Biblioteca do Escorial de Madrid (cód. 947 Cat. Derembourg), cotejado por cópia do manuscrito depositada na Biblioteca Pública de Berlim (cód. 4193 Cat. Ahlwardt/We II 1209). Mas, já há algum tempo temos realizado estudos comparativos – visando a fixação do texto – entre essas duas cópias e uma terceira, cujo manuscrito está na British Library (cód. 473 Cat. Loth).

Tudo indica que seria uma obra produzida ou compilada a partir de textos dos poucos conhecidos, mas muito comentados (pseudo)sabeans de Harran, sobre os quais já falamos em outra parte, e cujas referência sempre indiretas têm ajudado pouco nas análises. Vejamos, portanto, sua possível inserção nas condições singulares acima descritas. Nossa aproximação será feita a partir das referências a conhecimentos, não só aparente mas possivelmente antigos e, além disso, permeados pelo que seria uma concepção *mutazilita*. Talvez, não por coincidência isso aconteça nos últimos capítulos da segunda parte, dedicada ao trabalho alquímico e metalúrgico e, particularmente quando se fala em transmutação.

¹¹ Ibid., 133-134.

¹² Ibid. Vide em particular as notas no texto e seus desdobramentos nas notas 356 e 357 dos Apêndices.

¹³ Ana M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre* (Petrópolis: Vozes, 1999). Doravante referido do L.T.A.

“Capítulo sobre <<a transmutação do cobre de sua aparência para a aparência do ouro>> e sua forma.¹⁴ Este capítulo é dos mais valorizados pelo rei Hermes. Saiba que os corpos que mais merecem ser transmutados na forma do ouro são a prata e o cobre. Isso porque a prata se mistura com o ouro e vice-versa sem que um provoque no outro alterações ruins e sem fazê-lo perder suas qualidades. Prevalecerá a cor daquele que for colocado em maior quantidade, pois ambos são equivalentes em situação de mistura, e o tempo em que a prata derrete é igual ao tempo em que o ouro derrete sendo esta mais uma harmonia da Natureza.

O cobre, dos sete Corpos, é o mais parecido com o ouro quanto à cor; o tempo que leva para derreter é mais perceptível e está mais apto para misturar-se com o ouro, mas de maneira inferior à prata – ou seja, do que a mistura desta com o ouro – pois torna o ouro seco e quebradiço. Por isso a prata tornou-se mais próxima da natureza do ouro do que o cobre. O cobre, por sua vez, tem a qualidade da// (fl. 19v) cor vermelha, além de aceitar a cor de ouro puro, de uma forma visível, pois do cobre sai o *chabah* de boa cor dourada, simplesmente ao se jogar sobre ele a *tutya*.

É importante, como disse Hermes a respeito, que seja *tutya* purificada, manipulada corretamente como exige a sabedoria, pois [quando] vertida sobre o cobre purificado, o transformará em ouro.”¹⁵

A palavra em árabe para “transmutação” (*naql*) acontece aqui pela primeira vez, exatamente quando se fala sobre o processo para obtenção de um material com “aparência e forma” de ouro, ainda que processos semelhantes de transformação entre metais tenham acontecido com frequência anteriormente.

Trata-se de uma receita singular, pois o cobre aparece como um corpo base para a obtenção de ouro, enquanto na maior parte dos textos alquímicos esse papel cabe ao chumbo. Entretanto, embora rara, essa inversão não seria exclusiva do L.T.A. Num de seus estudos, H. Stapleton analisa um texto alquímico atribuído à figura lendária de Agathodaimon e talvez, como o L.T.A, escrito por (pseudo)sabeans de Harran, onde o cobre, ao invés do chumbo, seria matéria prima da transmutação. Segundo Stapleton, a presença do cobre seria um índice da antigüidade das manipulações de laboratório levadas a cabo pela alquimia, já que este era o metal mais usado antes do chumbo se tornar conhecido e popular.¹⁶

É possível, assim, que tanto no tratado de Agathodaimon quanto o L.T.A. existam reflexos de uma documentação na qual se mantinham conhecimentos ainda pertencentes à Idade do Cobre.

Por outro lado, a correspondência no L.T.A. entre o cobre transmutado ao ouro e o *chabah* (ou “cobre amarelo”¹⁷) oferece indicações de que se trata o “ouro-cobre” ou “cobre-dourado” de Plínio, ou seja o latão. Conforme é bem sabido, na antigüidade, parte das ligas de cobre foi considerada como tipos de bronze. Algumas destas seriam semelhantes ao que

¹⁴ No texto original existem vários trechos em código, indicados aqui pela dupla aspa (<< >>).

¹⁵ L.T.A. fls. 19r/v.

¹⁶ Henry E. Stapleton, “The Antiquity of Alchemy”. *Ambix* V (1/2, 1953):1-43.

¹⁷ L.T.A. fl. 36r, fl. 41 v.

hoje se chamaria de bronze, outras ao latão.¹⁸ Receitas de “cobre amarelo” semelhantes a aqui presente entrariam nos conhecimentos do século X árabe.¹⁹ Mas, na maioria dos casos, o *chabah* aparece, tanto como constituinte, quanto como produto dessas receitas, indicando que diversos materiais eram confundidos sob essa denominação, diferente, portanto, que esta receita.²⁰

De forma semelhante, a *tutya*, outro dos componentes importantes da receita acima, teria sido o nome dado a compostos de zinco, obtidos *in natura*, como o sulfeto, carbonato e silicato desse metal, além de seu óxido – há muito recolhidos das paredes de fornalhas e chaminés, combinados com traços de outros óxidos e metais. O zinco metálico que também entraria neste composto, somente passa a ter menções após o século XIII.²¹ Muito embora, noutro ponto do L.T.A. seja utilizado um material conhecido como “ferro chinês” (*darsini*), que seria exatamente o zinco em sua forma metálica. Algo que, como lembra Stapleton, é possível, mas ainda incomum nessa época. Em todo caso, segue a esta receita uma para “purificação” da *tutya*, que nada acrescenta ao já estudado. Muito embora na seqüência, apareça pela primeira vez o termo “elixir” incorporado ao receituário, este vem diretamente relacionado a “*tutya* purificada”²²:

“Purificação do cobre que se deseja sublimar. Resfria-o em azeite de oliva, 49 vezes e a seguir em água amolecedora, quero dizer, // (fl.20v) 49 vezes como mencionei [que se fizesse] com [o azeite de] oliva, e depois resfria-o com água de sangue 21 vezes. Esse é o cobre purificado, [que servirá] para o que segue.

Sessão: Saiba que a *tutya* purificada é um elixir magnífico, que muda a aparência do cobre para ouro no que se refere a sua cor, ao seu brilho, a sua resistência e a sua maleabilidade. Isso porque se jogares o peso de 5 *Dirhams* dele sobre 20 *Dirhams* de cobre, este se tornará ouro puro, do qual não duvidará quem o vir. Guarda, pois, este capítulo e protege-o, porque ele é dos conhecimentos mais valiosos e dos capítulos mais nobres.”²³

Assim como a “transmutação”, o “elixir” só aparece junto aos processos relacionados com a obtenção do ouro. Muito embora seja possível notar que esta receita é apenas um ensaio ou “diversão” do(s) autor(es) do L.T.A., pois as proporções e materiais usados dariam apenas um bom e maleável latão, próprio para a bijuteria.

De todo modo, a receita seguinte, embora menos pretensiosa, dá mais o que pensar:

¹⁸ Plínio, *Natural History* (Cambridge (Ma)/London: Harvard University Press/William Heinemann, 1991), Livro XXXIV, cap. 2 e 20.

¹⁹ Vide, por exemplo, Marcelin Berthelot, *La Chemie au Moyen Age* (Amsterdam: O. Zeller/Philo Press, 1967), vol. 2, 155.

²⁰ Henry E. Stapleton, R.F. Azo & M.H. Husain, “Chemistry in Iraq and Persia in the Tenth Century A.D.” *Memoirs of the Asiatic Societ of Bengal*, VIII (6, 1927): 317-418, em 408-409.

²¹ H.P.J. Renaud & G.S. Colin, Ed. *Tuhfat Al-Abbab: Glossaire de la Matière Médicale Marocaine* (Paris: Librarie Orientaliste Paul Geuthner, 1934), 403; 354; Plínio, Livro XXXIV, cap. 22; Dioscórides, *The Greek Herbal of Dioscorides* (New York: Hafner Publishing, 1956), vol. V, 84; 120. Sobre o zinco metálico e a discussão entorno a suas origens e descoberta, vide Stapleton, “Chemistry”, 323; 350; 408-409 e notas.

²² Existe menção aos “elixires” no L.T.A. *fl. 5r), mas esta é a primeira vez que o termo acontece no receituário.

²³ L.T.A. fls. 20 r/v.

“**Capítulo sobre a purificação da prata** separando-a, por fundição, do estanho em fogo forte, sendo isto [tão] famoso em todos os tempos e nações que não há necessidade de mencioná-lo [aqui].”²⁴

Era comum em obras alquímicas considerar a natureza do estanho como próxima a da prata e tomar como base esta relação para manipular os dois minerais.²⁵ O processo aqui descrito assemelha-se ao da obtenção da prata metálica por copelação. Ao invés do minério de estanho, minério de chumbo contendo prata seria utilizado nesse processo conhecido há muito tempo e descrito por Plínio.²⁶ Resta dizer que em outros pontos do Livro do Tesouro de Alexandre, “dois chumbos” (chumbo e estanho), confundidos em outras obras alquímicas, são distinguidos com clareza.²⁷ A confusão específica na receita acima pode ter sido fruto de engano na compilação das fontes, ou quem sabe um erro proposital para confundir os não iniciados. Em todo caso, se até aqui receitas simples apresentam problemas, imagine-se agora, ao iniciar-se o conjunto de procedimentos que levarão ao *lapis philosophorum*, e mais ainda, porque aqui também começaria a indicação da receita *mutazilita*.

“**Capítulo sobre o elixir da prata que a transmuta na cor do ouro.**

Quatro são os princípios de que necessita esse elixir: o primeiro princípio que será o fundamento. Pega 2 *Mithqals* de limalha de ouro e 2 *Mithqals* de limalha de prata; de sal amoníaco, //(fl. 21r) 2 *Mithqals*; e de enxofre amarelo, um *Mithqal*; moe tudo sobre uma *salaya* com vinagre de vinho até tudo ficar fino. Depois, verte sobre isso 5 *Dirhams* de mercúrio e amassa tudo muito bem por um dia e uma noite. Coloca num cântaro de cerâmica ou num frasco de vidro e sela com argila da sabedoria. Ponha num atamor enquanto a Lua estiver no trígono de Júpiter e sem estar de face para nenhum dos dois maléficos. Passadas sete horas, retira o conteúdo do frasco e guarda-o; isso será o fundamento.”²⁸

O fundamento ou base (*mus*) seria uma espécie de primeiro princípio (*qa'ida*) do “grande elixir” ou *lapis philosophorum*. Este seria o primeiro de quatro “princípios” (*qawa'id*) que podem estar relacionados aos presentes nas obras herméticas de autores como Jabir e (pseudo)al-Majriti, que consideravam o sexto nível de composição das naturezas, o nível em que dos três reinos da Natureza se obtêm quatro princípios manipuláveis. Tais princípios seriam: “a tintura; a terra; o óleo e a água”.²⁹ Assim, para constituir o primeiro princípio, nada melhor do que uma composição formada pelas

²⁴ Ibid.

²⁵ Vide, por exemplo, (pseudo)Ibn Sina in H.E. Stapleton, R.F. Azo, M.H. Husain & G.L. Lewis, “Two Alchemical Treatises Attributed to Avicena”. *Ambix* X (1962): 41-82, em 67 e (pseudo)Geber in William R. Newman, “The Summa Perfectionis of Pseudo-Geber” (Leiden/New York: E.J. Brill, 1991), 673.

²⁶ Plínio, Livro XXXIV, cap. 47.

²⁷ L.T.A. fl. 13r.

²⁸ Ibid., fls. 20v; 21r.

²⁹ Vide especificação dos sete níveis de composição das naturezas em Paul Kraus, *Jabir ibn Hayyan: Contribution à l'histoire des Idées Scientifiques dans l'Islam* (Paris: Belles Lettres, 1986), 173; correspondência em (pseudo)al-Majriti, David Pingree, “Some of the Sources of the Ghayat al-Hakim”. *Studies of the Warburg Institute* XLIII (1980), 3.

sementes de ouro e prata e um “espírito” incluindo aqueles que foram os principais “espíritos” para quase toda a alquimia árabe: enxofre, sal amoníaco e mercúrio.³⁰ No caso presente, teríamos a “Tintura”, parte essencial da “pedra”, responsável pela coloração da matéria ao conter sementes de ouro e prata e os três “espíritos”. Da mesma forma é possível notar nos princípios que se seguem a mesma idéia de processo ou manipulação:

“*O segundo princípio.* Pega da boa limalha de cobre vermelho 5 *Mithqals*; de *rusukhataj* [que é] cobre calcinado, 2 *Mithqals*; moe fino e acrescenta à limalha, moendo tudo com água de toronjas e 2 Dirhams de sal amoníaco por um dia e uma noite. Rega com vinagre sublimado e acrescenta um *Dirham* de sal amoníaco. Moe por um dia e uma noite – além da primeira – seca à sombra e guarda.”³¹

A relação ouro, prata e cobre, conforme já referido anteriormente, parece se repetir agora nos “princípios”. O cobre foi o corpo utilizado em quase todos os “capítulos” anteriores, parece coerente que este surja aqui, como uma espécie de “princípio” corpóreo. Pensando na relação entre os quatro princípios derivados dos três reinos, teríamos “a Terra”, ou seja, o princípio corpóreo. Como já aconteceu anteriormente, o princípio que se segue será simplesmente a descrição de um processo:

“*O terceiro princípio.* Pega do enxofre amarelo 5 *Mithqals* e joga-o sobre 15 de prata pura, ainda líquida, //(fl. 21v) até calcinar. Depois, moe [tudo]. Se sobrar algo que não calcinou, retorna ao fogo até que [tudo] derreta e joga em cima enxofre amarelo o suficiente para que [a mistura] calcine. A seguir, moe com a água na qual se deposita a força de Marte por um dia e uma noite. Acrescenta a isso cobre calcinado, limalha de prata e limalha de cobre, de cada 2 *Mithqals*; sal amoníaco, 3 *Mithqals*; e rega com a essência marciana citada. Moe por um dia e uma noite e seca na sombra.”³²

É provável que este princípio deva ser entendido como uma seqüência na cadeia de importantes relações, conforme avança a descrição de cada princípio. Pois chama a atenção o insistente calcinar de matéria argentífera com auxílio da “força” queimante do enxofre, para depois tratá-la com a “força” recuperadora da água de Marte – usada anteriormente no L.T.A. para remover a “secura” dos metais. Mortificar a matéria – enegrecendo-a para depois “revivificá-la” e remover seu negrume – seria um dos mais antigos e conhecidos “princípios” alquímicos da transmutação. A uma base corpórea cúprica contendo prata – signo do metal a ser transmutado – se agregariam a “revivificante” água marciana e o sal amoníaco³³, que para alguns alquimistas seria, ao mesmo tempo, uma “água” limpante unificadora das partes. Em relação aos quatro princípios obtidos a partir dos três reinos, este possivelmente seria o “Óleo”, ou seja, o princípio queimante. Naturalmente, o quarto e último princípio refere-se a procedimento envolvendo a “água” no sentido alquímico:

³⁰ Sobre a primazia desses “espíritos”, vide Alfonso-Goldfarb, 129 (notas de tradução do texto); sobre o princípio da similitude na alquimia – ouro e prata como sementes de seus iguais –, Henry E. Stapleton, “Alchemical Equipment in the Eleventh Century”. *Memoirs of the Asiatic Society of Bengal* 1 (4, 1905): 47-70, em 59 e nota 3; Stapleton et al. “Two Alchemical”, 67, nota 65, que trata de diferentes alquimistas.

³¹ L.T.A. fls. 20v; 21r.

³² *Ibid.*, fls. 21r/v.

³³ Stapleton “Chemistry”, 367, nota 7.

“O quarto princípio. Pega de limalha de prata e de limalha de cobre, de cada uma 2 *Mithqals*; moe isso apenas com água de sangue sublimada – sem o sal amoníaco – e acrescenta 5 *Mithqals* de mercúrio, moendo tudo muito fino até secar bem misturado. Verte por sobre de: sal amoníaco 1 *Mithqal*; de bórax, 1 *Mithqal*; de cinábrio, 1 *Mithqal*, moe [até ficar] fino, por um dia e uma noite. Assa em fogo brando por sete horas, moe e rega com a quarta água. Deixa secar na sombra e rega com a água chamada *triras* o quanto puder ser tolerado, moendo todo o tempo// (fl. 22r). Seca à sombra e depois rega com a quarta água outra vez. Seca exatamente 3 vezes e depois [torna] a secar. Quando a Lua estiver ligada a Júpiter de modo aceitável e este estiver ocupando um chifre [da Lua] na sua casa ou quando estiver exaltado, junta esses quatro princípios sobre o fogo – e que seja esse fogo brando – e rega-os com óleo de ovo, extraído por corcubita e alambique. Coloca tudo num frasco e sela com argila da sabedoria, deixa secar, e assim por diante 3 vezes. Recoloca sobre o fogo moderado por sete horas, na medida da força do fogo [existente no] cinábrio. [Ao] retirá-lo, encontrarás o Todo: uma Pedra vermelha que tende um pouco ao negro. Este é o grande elixir. Guarda-o então e dá graças inúmeras à Causa Primeira e ao Movedor do Mundo que te agraciou e te guiou neste êxito.”³⁴

Este quarto princípio parece estar diretamente ligado à grande “água aguda” *triras*, insistentemente usada para constituí-lo. Por outro lado, em parte anterior do L.T.A. a quarta grande “água” se caracteriza por incluir as demais “águas agudas”, potencializando as propriedades destas. Limpantes e desagregadoras, essas “águas” concentrariam em *triras* a capacidade para a “dissolução”, ou mais especificamente, a “purificação” da matéria. A quarta “água” representaria uma espécie de fonte ou veículo máximo de “purificação”. Talvez, esse potencial de não apenas realizar, mas também transmitir “purificação” seja a grande propriedade da quarta “água” que, se diz, será “revelada mais adiante, na ocasião certa”, quando de sua elaboração no L.T.A.³⁵ assim, para completar o conjunto de quatro princípios retirados dos três reinos, teríamos aqui a “Água”.

Embora a diversidade de processos e substâncias tornem essa receita difícil de interpretar, a coloração – de um vermelho escuro – de seu produto final, nos leva a considerar a presença de cloreto de ouro para o qual seria necessária uma quantidade ínfima do precioso metal. Essa hipótese, entretanto, só seria viável se durante os múltiplos processos para se obter o *lapis philosophorum*, ocorresse a produção da água régia, algo perpetuamente sob questionamento entre os estudiosos modernos, mas possível de verificar em vidros mesopotâmicos encontrados por arqueólogos.³⁶

Pode ser verificado, assim, que no texto do L.T.A. os quatro princípios derivados dos três reinos, além de livremente circular entre estes, correspondem às quatro etapas do processo para obter o *lapis philosophorum*, não havendo menção alguma em qualquer parte do texto a termos que lembrem nem de longe elemento (*unsur*) ou elementos (*anasir*) no

³⁴ L.T.A. fls. 21v; 22r.

³⁵ Ibid., fl. 14r.

³⁶ Vide I.J. Gelb, ed. *The Assyrian Dictionary* (Chicago: Oriental Institute/J.J. Augustin, 1956), verbete “*idru*”; Allen G. Debus, “The Significance of the History of Early Chemistry”. *Journ. World History* IX (1965): 39-58, em 47, refere-se aos estudos em que K.W. Ganzemüller associa a “pedra filosofal” ao vidro vermelho rubi.

sentido aristotélico. É, todavia, possível que a seqüência de indícios antigos acima apreciada, possa indicar, também aqui, a presença de vozes talvez locais, mas anteriores aos *mutakalimun*. Quem sabe se através de sinais como estes não se consegue, finalmente, “autenticar” como legitimamente derivada dos inconsúteis (pseudo)sabeans de Harran.

Ana M. Alfonso-Goldfarb

Ciência árabe medieval; Origens da ciência moderna.

Coordenadora do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência; Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, PUC-SP, São Paulo, Brasil. Coordenadora (Brasil) da Rede de Intercâmbios para a História e epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas; Honorary Research Fellow, University College London, UK; Departmental Guest, Department of Philosophy, Princeton University, USA.
e-mail: aagold@dialdata.com.br

Safa A.A.C. Jubran

Ciência árabe medieval; Língua e literatura árabes.

Professora do Departamento de Letras Orientais; Coordenadora da Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, Brasil; Pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência; Pesquisadora do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência, PUC-SP, São Paulo, Brasil.